

**ATA**

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva e Vereadores - Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram as Vereadoras Alexandra Parada Barbosa Gesta e Luísa Maria Alves Oliveira, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 - Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento sobre os contratos de cobertura de risco de taxas de juro que a VIMÁGUA celebrou com duas instituições financeiras, em agosto de 2009, solicitando que o texto ficasse registado em ata: “Após a análise dos documentos recebidos da VIMAGUA relativos aos contratos SWAPS, vimos hoje com dados concretos registar para memória futura e para conhecimento de todos os vimaranenses os erros de gestão dos responsáveis da VIMAGUA que causaram, causam e continuarão a causar anualmente centenas de milhares de euros de prejuízos aos cofres públicos. Em quatro anos os prejuízos já ultrapassam 1,8 milhões de euros. É ainda importante sobre este assunto reafirmar a necessidade absoluta do Sr. Vice-presidente Dr. Domingos Bragança

reconhecer que errou quando em declaração para a ata, nela fez constar que a Euribor a 6 meses na data de contratação do empréstimo – 08 de Junho de 2009 era de 3,1 %, quando o seu valor efetivamente era de 1,487% como pode ser observado na página da EBF – European Bank Federation <http://www.euribor-ebf.eu/euribor-org/euribor-rates.html>. As atas e o seu conteúdo são um património municipal e não podem conter erros grosseiros, ainda por cima quando essa falha é evidente e foi detetada. Sobre os contratos, lamentamos a forma como a VIMAGUA respondeu ao requerimento do PSD, quando, no contrato com o BPI, apenas apresentou as páginas das condições gerais, as quais não permitem qualquer tipo de escrutínio. Há algumas razões para este comportamento? Ainda assim, no final da página 7 do contrato está escrita a data de 14 de Agosto de 2008. Como é possível? Será que há mais contratos de swaps celebrados com o BPI, antes de 2009? Sobre o contrato de swaps celebrado entre a VIMAGUA e a Caixa Banco de Investimentos SA (CGD), nas suas condições específicas – Anexo I, era perfeitamente claro no dia em que as partes assinaram o contrato as perdas avultadas daí decorrentes para a VIMAGUA. Sobre o valor de 16 milhões de euros a VIMAGUA aceitou pagar aos Bancos um juro de 3,88 % e recebendo em troca no primeiro período de contagem de juros 0,467%. Em 2010 as perdas foram de 460.960,00€. Em 2011 as perdas foram de 410.880,00€. Em 2012 as perdas foram de 388.320,00€. Em 2013 as perdas já estão quantificadas e o seu valor é 555.760,00€. Será possível anular estes contratos que apenas terminam em 2024? Está escrito no anexo II subscrito pelas partes “podendo também ser muito elevados os montantes monetários necessários para proceder à liquidação do derivado previamente à sua data de vencimento”. Sr. Presidente, os



vimaranenses exigem saber as razões para a VIMAGUA ter celebrado estes contratos. Não é possível continuar a assobiar para o lado como se nada fosse. Os vimaranenses preparam-se para eleger os seus representantes municipais e não querem à frente do Município um partido que perante factos concretos que lesam o erário publico em milhões de euros se comporta como se nada tivesse acontecido. Sr. Presidente, os estatutos da VIMAGUA não permitem celebrar este tipo de contratos, é obrigatório tirar consequências políticas do ocorrido, o Governo de Portugal demitiu os gestores públicos envolvidos na celebração de contratos de swaps, os vimaranenses exigem uma decisão do Presidente do Município acionista com 90% do capital social da VIMAGUA.” -----

2 - Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a) – Referiu a derrocada ocorrida na Rua Manuel Tomás e o congestionamento de trânsito provocado pela barreira metálica ali colocada, perguntando se ainda se mantém o perigo de derrocada; **b)** – Disse haver queixas de cidadãos que alegam não estar a ser cumpridas as regras aprovadas de acesso ao Centro Histórico. ----

3 - Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Sobre a Rua Manuel Tomás, disse não conhecer em pormenor a situação, acrescentando que há sempre uma especial preocupação com a segurança das pessoas; **b)** – Relativamente aos contratos celebrados pela VIMÁGUA em agosto de 2009, disse que não tinha elementos técnicos para poder responder às dúvidas colocadas, entendendo que o assunto, da forma como se pretende que seja tratado, não cabe ser discutido nesta sede, aconselhando o Sr. Vereador José Manuel Antunes a dirigir-se à VIMÁGUA para que possa ser cabalmente esclarecido pela equipa de técnicos qualificados ao serviço daquela empresa intermunicipal; **c)** – Sobre o acesso ao Centro Histórico disse que

a larga maioria da população via inconveniente na localização dos mecanismos de controlo de acesso instalados no Largo Condessa do Juncal, pelo que os mesmos foram retirados provisoriamente. -

4- Vereador Amadeu Portilha – Ainda sobre os mecanismos de controlo de acesso ao Centro Histórico, concretamente ao Largo Condessa do Juncal, disse que desde o passado dia 15 de maio que estavam em vigor as novas regras de acesso ao Centro Histórico que, por vezes, são violadas pela ação de munícipes que removem as barreiras metálicas colocadas. Finalizou, prometendo mais fiscalização do cumprimento das regras de acesso ao Centro Histórico por parte da Polícia Municipal.-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara prestou as seguintes informações.-----

1 – Das 10 cidades mais limpas do mundo, bem como das multas aplicadas a quem atira lixo para o chão, chegando algumas a penalizar fortemente esta infração, inclusive com penas de prisão;

2 – De uma notícia publicada na edição de 30 de maio do Diário do Minho dando conta que metade dos atropelamentos no distrito de Braga ocorreu nas ruas urbanas bracarenses, sendo o concelho de Braga o mais inseguro do distrito para a circulação de peões; **3**

– Recordou dois atropelamentos registados recentemente nas freguesias de Sande Vila Nova e Lordelo e dos quais resultaram a morte, respetivamente, de uma menina de 10 anos, residente naquela freguesia e aluna da EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, em Ponte, e de uma septuagenária. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Do ofício da VITRUS Ambiente, EM, SA remetendo, para conhecimento, e em cumprimento do disposto na alínea e) do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o relatório



trimestral de execução orçamental, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

Foi aceite, por unanimidade, votar antes da ordem do dia as seguinte propostas: -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - 1.600.000 LITROS -

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - Presente, para aprovação, a minuta do contrato do fornecimento de 1.600.000 Litros de Gasóleo, adjudicado por deliberação da Câmara Municipal de 30 de maio de 2013 a "CREIXOAUTO - Combustíveis e Lubrificantes, SA", pelo valor de €1.725.232,00. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido.**-----

CULTURA - CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E JOSÉ DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: "Considerando: a) - Que os Contraentes mencionados

celebraram em julho de 2011 um contrato de comodato tendo como objeto a cedência do conjunto de obras a expor na Plataforma de Artes e Criatividade - Centro Internacional das Artes José de Guimarães por ocasião da sua inauguração, ocorrida em 24 de junho de 2012; b) - Que, nos termos do referido contrato de comodato, tal cedência cessaria em junho de 2013; c) - Que, tal como consta do preâmbulo do contrato celebrado em julho de 2011, era intenção manifesta das partes prosseguir o processo negocial com vista ao estabelecimento de um contrato de comodato por um período mais dilatado de tempo, igualmente tendo como objeto a cedência, por parte do Mestre José de

Guimarães, ao Município de Guimarães, de um conjunto de obras de arte que constituiriam o espólio do referido Centro Internacional das Artes José de Guimarães; d) - Que, em resultado da avaliação que fazem dos meses de funcionamento da Plataforma de Artes e Criatividade - Centro Internacional das Artes José de Guimarães, os contraentes reforçaram a convicção de que este equipamento cumprirá tanto melhor os desígnios que presidiram à sua edificação quanto mais dinâmica e flexível for a gestão do espólio artístico, o que implica necessariamente a sua renovação periódica; e) - Que se encontram reunidas as condições julgadas essenciais ao estabelecimento de um regime de comodato mais prolongado que assegure estabilidade e consistência de projeto à Plataforma de Artes e Criatividade - Centro Internacional das Artes José de Guimarães. Proponho a aprovação e posterior celebração de contrato de comodato nos termos constantes da minuta anexa. Atendendo a que a celebração de tal contrato implicará a assunção, por parte do Município, dos encargos plurianuais relativos aos custos estimados com a contratação de seguros (€10.000,00 / ano) e com a elaboração de relatórios de conservação (€3.000,00 / ano), mais proponho o envio do referido contrato para aprovação pela Assembleia Municipal.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----
CULTURA - 24 DE JUNHO - DIA UM DE PORTUGAL - CONDECORAÇÃO HONORÍFICA – Presente a seguinte proposta: “João Bonifácio Serra tem 64 anos e é natural de Caldas da Rainha. Diplomado em História, é investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e



Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dedicando particular atenção à gestão cultural e às cidades, e Professor Coordenador da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha do Instituto Politécnico de Leiria, onde é coordenador e docente do Curso de Mestrado em Gestão Cultural. Foi até dezembro de 2009 vogal executivo da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República. Autor de diversos estudos sobre questões de história política portuguesa dos séculos XIX e XX, publicados em Portugal, nos Estados Unidos e no Brasil, colaborou em obras colectivas sobre história da República e do republicanismo. Assessor e Chefe da Casa Civil do Presidente da República Jorge Sampaio de 1996 a 2006, integrou a Comissão Nacional para as Comemorações do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas de 1999 a 2001. Em 2011, foi empossado pelo Presidente da República como vogal do conselho das Ordens Nacionais. Tem duas condecorações nacionais (Ordem da Liberdade e Ordem Militar de Cristo) e diversas condecorações estrangeiras. Membro executivo do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães desde a sua instituição, em agosto de 2009, João Serra foi designado Presidente da mesma Fundação em 28 de julho de 2011, numa altura em que a descrença no sucesso de Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura se generalizava, ensombrando o entusiasmo e o orgulho com que a designação de Guimarães havia sido acolhida pelos Vimaranenses. No curtíssimo tempo disponível para inverter a forma como o projeto de Guimarães era percepcionado e implementado, João Serra soube mobilizar as vontades e os talentos indispensáveis para resgatar o sonho de fazer de Guimarães uma Capital Europeia da Cultura que prestigiasse a cidade e o país face à Europa e ao Mundo. Dotado de incansável capacidade de trabalho,

de inquebrantável empenho e da precisa acuidade com que apreendeu Guimarães, o projeto e os principais entraves ao seu sucesso, retomou diálogos, transmitiu confiança, assegurou meios, partilhou responsabilidades, acreditou e fez acreditar. Com João Serra, os Vimaraneses sentiram que Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura era, afinal, deles e que era deles, dos Vimaraneses, que o sucesso em boa medida dependia. De facto, recuperada a credibilidade junto de parceiros institucionais, artistas, criadores e programadores, o passo decisivo era, porém, o de trazer os Vimaraneses de novo para o centro do projeto, comprometendo-os com um “Eu Faço Parte” que o tempo veio a demonstrar que, muito mais que um slogan, sintetizava a partilha, o empenho e a forma como os cidadãos queriam ser envolvidos e desafiados a serem fautores, mais que espetadores. Hoje, olhando hoje para trás, para os meses de entusiasmo e orgulho, de euforia e júbilo, de participação e comunhão, todos guardamos memórias que já se inscrevem, não apenas na vida da Cidade, mas nas nossas próprias vidas. Fizemos parte de Guimarães 2012 e agora é Guimarães 2012 que faz indelevelmente parte de nós. Em reconhecimento pelo protagonismo que soube, como ninguém, assumir e partilhar, pela forma determinada e determinante mas sempre tranquila e sagaz como foi rosto e alma de um projeto que iluminou os rostos e a alma de tantos e tantos Vimaraneses, a Câmara Municipal atribui a João Serra a Medalha da Cidade em Ouro.”

DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2013 - Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão



Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador César Machado por não ter estado presente na reunião. -----

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA INTERVENÇÃO PROMOVIDA PELA "AGÊNCIA DE VIAGENS E TRANSPORTES VALE DO AVE" –

Presente a seguinte informação do diretor de departamento de planeamento e gestão urbanística em regime de substituição:

"Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público para as novas instalações da empresa "agência de viagens e transportes Vale do Ave" a localizar em terreno marginal à via intermunicipal (VIM), vila de Serzedelo e classificado como zona não urbanizável de acordo com o plano diretor municipal em vigor. A presente informação técnica visa complementar e esclarecer aquela emitida pelo departamento de planeamento e gestão urbanística (DPGU) de 21 maio '13.

Assim: 1. O âmbito da presente situação reporta-se ao reconhecimento do interesse público da empresa e intervenção, sua natureza funcional, impacto urbanístico e / ou benefícios económicos e sociais, não sendo objeto da mesma a análise específica da construção a realizar; 2. O terreno em causa encontra-se classificado pelo plano diretor municipal (PDM) em vigor como zona não urbanizável que, ao abrigo da alínea d, número 1, artigo 34 do seu regulamento, permite a edificação de equipamentos de interesse municipal, sempre com a condição de uma impermeabilização de solo nunca superior a 20% da área de terreno disponível; 3. O pedido formulado pretende alcançar o reconhecimento de interesse público da intervenção de modo a habilitar a empresa a instruir corretamente o processo de licenciamento respetivo; 4. No processo de licenciamento, será

objeto de análise e verificação a impermeabilização de solo a qual, obrigatoriamente e à luz do regulamento do PDM, nunca poderá ser superior a 20 % da área total do terreno; 5. Porque suportado numa acessibilidade capaz e área de terreno compatível com a dimensão do programa funcional da intervenção e representando quer um volume de negócio anual elevado, quer um número significativo de funcionários (emprego), entende-se estarem reunidas as condições satisfatórias para o reconhecimento do interesse público municipal nos termos do já exposto na informação técnica do DPGU de 21 maio '13 e que agora se reproduz parcialmente: "Em função do exposto pelo requerente, verifica-se que à atividade e dimensão da empresa em causa é inerente uma área de terreno livre grande e uma localização central relativamente ao espectro territorial da sua atividade bem como ligação à rede viária fundamental de distribuição de tráfego. Encontrando uma vasta área livre em terreno adjacente à VIM, a qual funciona como uma acessibilidade capaz de assegurar a ligação das instalações pretendidas à rede viária de distribuição de tráfego, dir-se-á que a localização apresentada se afigura possível. Por outro lado, regista-se também que a empresa em causa apresenta uma frota de veículos de 72 autocarros, um volume de negócio anual de €5.000.000,00, implicando este novo investimento a criação de 20 postos de trabalho a acrescer aos 95 postos de trabalho que a empresa já possui. Desta forma, entende-se que a empresa em causa poderá representar um impacto direto positivo na economia local e taxa de empregabilidade da região. Igualmente, a solução urbanística proposta, e subjacente ao processo de construção 195/10, afigura-se possível e viável, apenas competindo ainda salvaguardar as melhores condições de acesso a partir da rede



viária instalada no território nos seus aspetos mais técnicos e viários.” Perante o exposto, afigura-se estarem reunidas as condições satisfatórias para o reconhecimento de interesse público municipal da empresa e investimento em causa para efeitos de enquadramento na alínea d), número 1, artigo 34º do regulamento do Plano Diretor Municipal. Refere-se ainda que, caso positiva a decisão, esta informação técnica deverá ser anexada àquela mencionada de 21 maio ‘13 para posterior submissão ao Órgão Executivo para deliberação final. À consideração do Sr. Presidente.” O Presidente da Câmara solicitou que ficasse registado em ata que a presente deliberação seja integralmente cumprida. A informação do diretor de departamento de planeamento e gestão urbanística em regime de substituição datada de 21 de maio de 2013, bem como os restantes elementos do processo dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. - **PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADOR – CENTRO ESCOLAR DE URGEZES** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Tendo em conta a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e respetiva regulamentação constante do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, informa-se que: 1. Em conformidade com o normativo legal aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº320/202, de 28 de dezembro, a manutenção regular dos elevadores constitui uma obrigação do proprietário do edifício, devendo observar os requisitos previstos nos anexos daquele normativo, sendo da sua

responsabilidade a celebração de um contrato de manutenção com uma “EMA” - Empresa de Manutenção de Ascensores, a qual assumirá a responsabilidade, criminal e civil, pelos acidentes causados pela deficiente manutenção das instalações ou pelo incumprimento das normas em vigor. 2. Verifica-se assim a necessidade de celebrar um contrato de manutenção simples para o elevador existente no Centro Escolar de Urgezes, estimando-se a despesa anual no valor de 900,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de 3 anos, com início em 1 de setembro de 2013. 3. Ora, na sequência do preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, propõe-se submeter a aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a autorização para assunção do respetivo compromisso plurianual com a abertura de um procedimento para a aquisição do serviço de manutenção simples do elevador do Centro Escolar de Urgezes, estimando-se a despesa anual no valor de 900,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de 3 anos, com início em 1 de setembro de 2013. À consideração superior.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----
PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO – COMPROMISSO PLURIANUAL -
CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO VUBIS SMART,
UTILIZADA NA BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO,
EXTENSÕES E BIBLIOTECA ITINERANTE – Presente a seguinte informação da Divisão de Biblioteca: “1. Prestação de serviços de manutenção, apoio e atualização da aplicação Vubis Smart da Biblioteca Municipal Raul Brandão e extensões. 2. Considerando



que: - A presente prestação se destina a assegurar a manutenção, apoio e atualização da aplicação informática Vubis Smart da Biblioteca Municipal Raul Brandão e extensões, pelo período de três anos, com início a 01 de Janeiro de 2013 e término a 31 de Dezembro de 2015; - A execução das tarefas associadas a estes serviços requer a disponibilização de equipa credenciada na aplicação de gestão bibliotecária, que garanta a manutenção, apoio e atualização da referida aplicação; - Os serviços municipais não dispõem de recursos técnicos e humanos para a prestação deste serviço, dado que os mesmos são assegurados em exclusividade pela empresa INFOR GLOBAL SOLUTIONS (Garches), com sede em França, detentora desta aplicação informática; - Trata-se da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. PROPOSTA: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, para a manutenção, apoio e atualização da aplicação de gestão bibliotecária da Biblioteca Municipal Raul Brandão, considerando os seguintes elementos: a) A despesa para os próximos três anos estima-se em €7.824,41/ano, isento de IVA, tendo como referencia o valor apresentado para o ano 2013; b) A despesa a liquidar, reporta-se a 01 de Janeiro de 2013, uma vez que a prestação do serviço não foi interrompida e a contratualização do mesmo não foi efectuada em tempo útil; c) A despesa tem dotação orçamental na rubrica 1.1.1.06, para o ano 2013, conforme declaração de cabimento em anexo; d) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto, com publicação na plataforma de contratação

pública, nos termos do artº 20º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, conforme caderno de encargos que se junta em anexo; e) Mais se informa que não existe relação de participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão de serviço, bem como dos respectivos cônjuges, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) A este contrato foi aplicada a redução remuneratória, prevista no art.º 19 da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011, que resultará no valor a pagar de €7.041,96, isento de IVA. g) Considerando, ainda, que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – COMPROMISSO PLURIANUAL - CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**1 – Objeto:** Aquisição de serviços de seguro de responsabilidade civil que garanta a responsabilidade civil imputável ao Município, na qualidade e no exercício da atividade municipal e consequentemente as indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais que sejam causados a terceiros por atos ou omissões e os resultantes de atos de gestão pública e privada. **2. Considerandos:** Por concurso público realizado em 2010, a Câmara Municipal contratou um seguro de responsabilidade civil



geral por danos causados a terceiros que sejam imputados ao Município no âmbito do exercício da atividade e gestão municipal. O seguro contratado garante responsabilidade civil atribuível ao Município por: Ações ou omissões culposas ou negligentes do Presidente, Vereadores, Técnicos, Funcionários, Agentes, e de uma maneira geral de todas as pessoas por que deva legalmente responder, desde que tais ações ou omissões decorram do exercício da função municipal das mesmas pessoas e desde que estas se encontrem habilitadas legalmente para a sua prática; Na sua qualidade de proprietário, arrendatário ou usufrutuário de prédios, semáforos, jardins e parques públicos, equipamentos públicos, parques de campismo, instalações sociais, desportivas e sanitárias, com exceção dos danos sofridos pelos mesmos; Danos que possam ocasionar as vias públicas e os caminhos a cargo do Município, desde que tais danos não resultem de deliberada falta de atempados e manifestamente necessários cuidados de manutenção de tais vias e caminhos; Desde o início do contrato de seguro atualmente existente (27/10/2010) até à presente data, foram registados nesta Câmara Municipal 331 participações e pedidos de indemnizações por danos sofridos em consequência de sinistros ocorridos na via pública e outros; Esses acidentes tiveram, na sua grande maioria, origem na existência de buracos nos arruamentos, bermas e passeios, grelhas de escoamento de águas pluviais deslocadas ou danificadas, projeção de pedras por máquinas de cortar relva para viaturas estacionadas, queda de árvores ou seus ramos sobre veículos e muros de vedação particulares; Embora existam equipas de trabalho diretamente afetas à manutenção das vias municipais e tenham sido tomadas medidas preventivas que obstem a que os sinistros provocados pelas máquinas de cortar relva e pela queda de árvores sejam

frequentes, há situações de todo inesperadas, que não é possível normalizar atempadamente, ou que só chegam ao conhecimento da Autarquia após os incidentes; Da maioria dos sinistros registados resultaram somente prejuízos materiais, no entanto, não deverá deixar de se salvaguardar o caso de infortúnio de danos corporais graves, ou perda de vida humana em consequência de um acidente que possa vir a ser imputável ao Município. O contrato de seguro existente termina em 27 de outubro de 2013. **3. Proposta** - Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro de responsabilidade civil geral, nos termos do Caderno de Encargos que se anexa. Conforme previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração do contrato de aquisição de serviços em apreço considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro de responsabilidade civil que garanta a responsabilidade civil imputável ao Município, na qualidade e no exercício da atividade municipal e consequentemente as indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais que sejam causados a terceiros por atos ou omissões e os resultantes de atos de gestão pública e privada; b) A duração do contrato é de 3 anos, com início em 28 de outubro de 2013 e termo em 28 de outubro de 2016; c) Estima-se este contrato em €44.550,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta euros), isento de IVA conforme disposto no artigo 9º do Código do IVA, depois de aplicada a redução remuneratória, nos termos do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, assim repartido: a. ano de 2013 - €2.634,68; b. ano de 2014 -



€14.850,00; c. ano de 2015 - €14.850,00; d. ano de 2016 - €12.215,32. d) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 1896/2013; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; f) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respetivos cônjuges, algum parente, ou afim em linha reta ao até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; g) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 16 DE MAIO DE 2013 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES POR EMPRESA DE RESTAURAÇÃO

– Retificar a deliberação de Câmara de 16 de maio de 2013 que emitiu parecer prévio favorável à abertura de procedimento para aquisição de serviços de fornecimento de refeições às crianças e alunos dos vários estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo, no ano civil de 2014, estimando-se a despesa em €2.345.565,20, acrescida de IVA, porquanto a este valor já havia sido aplicada a redução remuneratória, alterando-se a redação da alínea d) da informação aprovada em reunião de Câmara de 16 de maio, nos seguintes termos: “d) a redução prevista no art.º 27.º da Lei n.º

66-B/2012, de 31 de dezembro, foi aplicada". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA – CONCURSO PÚBLICO N.º 3-13 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - Presente a seguinte informação do

Departamento Financeiro: "Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e dos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a Câmara Municipal autorizou em 16/05/2013 o pedido de parecer prévio, para a aquisição de serviços abaixo designada. Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares. **Período de vigência:** Ano civil 2014. **Preço base:** 2.345.565,20€ + I.V.A. (13%). Foi aplicada a redução remuneratória, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012. **Classificação económica:** 020105. **Plano:** 2.1.2.56 A. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Clara Maria Soares, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** - Sónia



Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro.

Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior.” O caderno de encargos e o programa de concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA CONCURSO PÚBLICO N.º 2-13 – AQUISIÇÃO DE BENS – BETÃO BETUMINOSO – Presente a seguinte informação

do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos:

Objeto: Aquisição de Bens – Betão Betuminoso; **Preço base:** 150.000,00€; **Classificação económica:** 020101;

Procedimento: Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado;

Entidade competente para adjudicar: Município de Guimarães;

Júri: Efetivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro

Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Parcídio Salgado, Chefe da Divisão de Administração Direta; **Vogais Suplentes:** -

Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; - Ana Raquel Ribeiro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro

Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O caderno de encargos e o programa de concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE TERRENOS – JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património: “Em reunião ordinária realizada em 21 de março de 2013, foi aprovada por unanimidade, pela Câmara Municipal de Guimarães, a doação de dois terrenos à Junta de Freguesia de Aldão, sendo que uma das parcelas de terreno, com a área de **1.507,50 m²**, destinava-se a ampliação do Campo de Jogos de Aldão, e a outra parcela com a área total de **7.105 m²**, parte será para permutar com terrenos de particulares (5.834,82 m²), para permitir a ampliação daquele equipamento desportivo, e a restante área (1.270,18 m²) seria para salvaguarda de um futuro alargamento do cemitério paroquial. Todavia, quando a proposta foi submetida a aprovação do órgão executivo os valores patrimoniais ali referidos eram os constantes nas cadernetas prediais extraídas à data no Portal das Finanças, que correspondiam a € 16.006,51 e 84.870,33, respetivamente, valores estes que tinham sido determinados nos termos do Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola (CCPIIA). Contudo, estando agora a diligenciar-se a outorga da escritura, verificou-se que os valores patrimoniais tributários das identificadas parcelas de terreno foram alterados devido à avaliação dos prédios urbanos nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), passando a corresponder a **€28.890,00** para a parcela de terreno com 1.507,50 m² e **€21.430,00** para a parcela de terreno com 7.105 m². Mais se



informa que, para efeitos de doação, deverá ser atribuído às identificadas parcelas de terreno o valor patrimonial tributário decorrente da avaliação efetuada nos termos do CIMI. Deste modo, uma vez que houve alteração dos valores patrimoniais das parcelas de terreno acima identificadas, deverá o assunto ser submetido à aprovação da Câmara Municipal.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS QUE ASSEGUREM AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO – Presente a

seguinte proposta: “1. O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, comete aos municípios atribuições e competências em matéria de educação, nomeadamente quanto às atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, o que vinha já sendo assegurado, aliás, no âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico. **2.** O contrato de execução n.º 204/2009, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Guimarães em 16 de setembro de 2008, definiu as condições de transferência dessas atribuições, determinando-se, na cláusula 3.ª, que o município assume a competência de implementação das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo da responsabilidade do Ministério da Educação quanto à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitação dos professores. Este garante ainda, nos termos daquele contrato, a transferência para o Município de Guimarães do montante correspondente aos encargos globais com aquelas atividades, em função do número de alunos inscritos e do

perfil da oferta. **3.** Apesar de terem vindo a público diversas notícias com perspectivas de alteração do modelo de funcionamento das atividades de enriquecimento curricular, interligadas também com a prevista alteração da duração semanal do trabalho, certo é que até ao momento não foram disponibilizados elementos concretos. Contudo, de forma a garantir que os técnicos responsáveis são contratados atempadamente, prontos a iniciar funções com o início do ano escolar, que se prevê ocorra na semana de 9 a 13 de setembro, se tal incumbência permanecer sob responsabilidade do município, é essencial tomar desde já as medidas necessárias ao desencadear do processo de recrutamento. **4.** Nos termos do disposto no artigo 66.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013 (aprovado pela Lei n.º 66-B/2013, de 31 de dezembro), é permitida nas autarquias locais, a título excepcional, a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, mediante autorização do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, para o que se apresenta a seguinte fundamentação: a) O recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico é imprescindível para assegurar o cumprimento de obrigações de serviço público consagradas no referido Decreto-Lei n.º 144/2008, bem como como no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que aprovou os princípios orientadores da organização e gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário; b) Para assegurar essas necessidades, o Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, prevê a celebração pelos municípios de contratos de trabalho a termo resolutivo, que caducam necessariamente no termo do ano escolar a que respeitam; ora, a probabilidade de



existirem candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado interessados em perder o vínculo que possuem para ocupar o referido posto de trabalho é praticamente nula. Assim, tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, prevê-se desde já a necessidade desse recrutamento excepcional, sem prejuízo de serem observadas as prioridades no recrutamento previstas no artigo 6.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, bem como no artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013. c) O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011 e, em matéria de controlo e redução do número de efetivos, o artigo 65.º da Lei do Orçamento de Estado expressamente exceciona o pessoal necessário para o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a local no domínio da educação, como é o caso. Por outro lado, quanto à redução de contratos a termo resolutivo, o artigo 59.º da mesma Lei remete para definição posterior os objetivos específicos a fixar quanto a este tipo de atividades. **5.** No mapa de pessoal de 2013 estão previstos 150 postos de trabalho para as funções descritas, estando a correspondente verba prevista no orçamento municipal. **6.** Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato a termo resolutivo, de até 150 técnicos para assegurarem as atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2013/2014, de acordo com as necessidades identificadas pelos agrupamentos de escolas e para as áreas que forem

consideradas elegíveis pelo Ministério da Educação e Ciência.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO – FREGUESIAS DE CREIXOMIL E FERMENTÕES - Presente a seguinte informação

da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito nas freguesias de Creixomil e Fermentões, assinalada na planta anexa.

A sua elaboração está em harmonia com a Junta de Freguesia e proposta da Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa, bem como a capacidade de estacionamento.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE URGEZES - Presente a seguinte informação da Divisão de

Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Urgezes, assinalada na planta anexa. A sua implementação irá permitir a melhoria das condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EEM – PROPOSTA DE REALOJAMENTO - Presente um ofício da CASFIG, EEM

remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de uma habitação vaga por motivo de desistência de



realojamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 30 de maio de 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO NO MÊS DE MAIO –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2012 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA - CORTEJO DA MARCHA GUALTERIANA - CEDÊNCIA DE VIATURAS –

Presente a seguinte proposta: “A Associação Artística da Marcha Gualteriana solicitou, a exemplo dos anos anteriores, a cedência de duas viaturas do Município, a fim de incorporarem o Cortejo da “Marcha” que desfilará na cidade no próximo dia 5 de Agosto. Após informação dos serviços da disponibilidade das referidas viaturas e considerando o interesse público do Cortejo que se integra nas Festas da Cidade, apoiadas pelo Município, proponho o deferimento da pretensão apresentada ao abrigo do disposto na alínea b) do nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5 – A/2002 de 11 de Janeiro. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS – AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS

DISPONÍVEIS – Presente a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Para cumprimento do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), ter-se-á que proceder: a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo (no âmbito de contratos com duração limitada ao ano civil), ao registo dos compromissos pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos nomeadamente para os celebrados com as empresas municipais e cooperativas; b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos), o registo dos compromissos deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis; 2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de três meses; 3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de três meses; 4. O n.º 2, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, prevê a possibilidade de aumentar temporariamente os fundos disponíveis com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso; 5. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), é competência da Câmara Municipal a autorização do aumento temporário dos fundos disponíveis, através da inclusão de outros montantes nos termos do ponto vii), da alínea f), do artigo 3.º do referido diploma. Nesta conformidade, informo que é necessário



proceder ao aumento temporário dos fundos disponíveis para, atendendo aos condicionamentos impostos pela LCPA, habilitar a Autarquia a emitir os compromissos necessários à instrução de vários processos de despesa. Para este efeito, poderá equacionar-se a possibilidade de antecipação das receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), considerando os valores constantes do mapa seguinte: -----

	2012	2013	
	Recebido em 2012	Recebido até maio de 2013	Previsão até dezembro
IMI	16.208.584,18 €	7.298.152,56 €	8.910.431,62 €

O Vereador Domingos Bragança propôs que a Câmara Municipal de Guimarães autorize, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da LCPA, o aumento temporário dos fundos disponíveis no valor de €8.000.000,00 (oito milhões de euros) pela antecipação das receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10:50 horas interveio a cidadã **Alcina Ferreira Mendes Pereira**, moradora na Rua do Retiro, pedindo o reforço da segurança em diversas ruas do Centro Histórico de Guimarães, denunciando o desespero de alguns moradores devido ao barulho provocado pelos utentes dos bares e à insegurança verificada naquelas artérias da cidade. -----

De seguida, interveio o cidadão **António Freitas** que se mostrou inconformado pelo facto de um bar aberto recentemente num local e posteriormente encerrado, voltasse a abrir noutro espaço,

questionando os critérios de licenciamento destes estabelecimentos. -----

Tomou a palavra o cidadão **António Magalhães** que disse ter um conjunto de sugestões a apresentar ao Sr. Presidente da Câmara apontando como exemplo a adaptação das passagens de peões existentes a pessoas com mobilidade reduzida e que se deslocam em cadeiras de rodas. -----

De seguida, interveio a cidadã **Maria Coutinho**, moradora na Rua João de Melo, no Centro Histórico de Guimarães, denunciando, igualmente, a má qualidade de vida dos moradores daquela área da cidade na sequência da poluição provocada pelos bares instalados naquelas artérias. Referiu o cheiro do tabaco que se sente no prédio que habita provocando dificuldades respiratórias a pessoas de idade avançada tendo já sido necessária assistência médica, bem como o barulho ensurdecedor da música. -----

Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Relativamente à intervenção do cidadão António Magalhães informou que há dias a Câmara Municipal de Guimarães recebeu um prémio pelas acessibilidades que tem criado aos seus munícipes, reconhecendo que há ainda trabalho a fazer e que será certamente feito à medida que as disponibilidades financeiras forem permitindo; **b)** - Sobre os problemas que se estão a verificar no Centro Histórico disse ter ouvido as preocupações dos moradores, esclarecendo que a fiscalização da Polícia Municipal tem limitações e que a Câmara Municipal não tem legitimidade de impedir o licenciamento de bares mas apenas os pode encerrar após a abertura, em determinadas condições. -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 12 - Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE JUNHO DE 2013

**CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**